



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000005131

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0052054-50.2017.8.26.0000, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é paciente WAGNER FERNANDO RODRIGUES BATISTA e Impetrante MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Denegaram a ordem. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA (Presidente) e JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA.

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.

Machado de Andrade
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

HABEAS CORPUS Nº 0052054-50.2017.8.26.0000

COMARCA: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – 5ª VARA CRIMINAL

PACIENTE: WAGNER FERNANDO RODRIGUES BATISTA

IMPETRANTE: MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI

VOTO Nº 39.593

Habeas Corpus – Revogação da prisão preventiva – Paciente preso e pronunciado como incurso no artigo 121, §2º, incisos I e IV, c.c. artigo 29, ambos do Código Penal.

DECISÃO FUNDAMENTADA - Desde que a permanência do réu em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública - Indícios de autoria e prova da materialidade.

Primariedade, residência fixa e trabalho lícito são circunstâncias que não impedem a medida constritiva - Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

Trata-se de “*habeas corpus*” impetrado pela advogada **MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI**, em favor de **WAGNER FERNANDO RODRIGUES BATISTA**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por parte do Douto Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, que converteu a prisão temporária em preventiva. Objetiva a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura em seu favor. Aduz, em síntese, que o paciente foi absolvido pelo crime de coação no curso do processo, não podendo permanecer preso pelo crime de homicídio, já que só teve a prisão preventiva decretada por suposta ameaça à testemunha. Alega, ainda, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar e fundamentação inidônea da r. decisão. Ressalta que o paciente possui



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

residência fixa (fls. 02/11).

A liminar foi indeferida (fl. 51) e a autoridade coatora prestou informações (fls. 56/56vº), juntando documentos (fls. 57/72vº).

A Douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 74/80).

É o relatório.

É caso de denegação da ordem.

Senão, vejamos:

Consta dos autos que, o paciente foi denunciado como incurso no artigo 121, §2º, incisos I e IV, c.c. artigo 29, ambos do Código Penal, porque no dia 11 de outubro de 2013, juntamente com o corréu Mascos Anheschivich, por comunhão homogênea de vontades, por motivo torpe, consistente em vingança, e agindo de surpresa, recurso que dificultou a defesa do ofendido, a tiros de revólver mataram a vítima Paulo Robson Estevão.

Em 17 de outubro de 2014 foi decretada a prisão temporária do paciente, pelo prazo de 30 dias, sendo prorrogada em 06 de novembro de 2014.

A denúncia foi oferecida em 05 de dezembro de 2014, sendo recebida na mesma data, ocasião em que foi decretada a prisão preventiva do paciente.

O paciente foi citado em 06 de fevereiro de 2015, apresentando resposta à acusação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Realizada audiência de instrução, debates e julgamentos, o paciente e corréu foram pronunciados como incurso no artigo 121, §2º, incisos I e IV, c.c. o artigo 29, ambos do Código Penal, a fim de que sejam submetidos a julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri.

A Defesa do paciente e do corréu interpôs recurso em sentido estrito da r. decisão, sendo negado provimento, em 1º de julho de 2017, por esta C. 6ª Câmara de Direito Criminal.

Em consulta ao E-SAJ, verifico que os autos aguardam a manifestação das partes, nos termos do artigo 422, do Código de Processo Penal.

Assim sendo, inexistindo nulidade a ser sanada, não há que se falar em revogação da prisão preventiva, pois havendo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade e desde que a permanência do réu em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança.

Não há que se alegar, portanto, que o paciente permaneceu preso preventivamente apenas por suposta ameaça à testemunha. Encontram-se presentes os requisitos ensejadores da custódia cautelar uma vez que, além de tratar-se de crime de extrema gravidade, a manutenção da prisão se faz necessária para garantia da instrução criminal e aplicação da lei penal.

Tampouco há que se falar em insuficiência de fundamentação da decisão que converteu a prisão temporária em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

preventiva, eis que fundamentada nos contundentes indícios de autoria e prova de materialidade. Tal decisão está amplamente motivada e não padece de qualquer vício formal que porventura a invalide, eis que o magistrado singular justificou tal medida não só diante da gravidade do delito imputado ao paciente, como também na presença incólume dos requisitos justificadores da custódia cautelar.

Por fim, primariedade e outros atributos pessoais, são circunstâncias que não obstam a segregação cautelar, quando ocorrentes motivos a legitimar a constrição do acusado.

“Primariedade, residência fixa e trabalho lícito são circunstâncias que, por si sós, não inviabilizam a medida constritiva. Alegação de excesso de prazo. Matéria não apreciada pelo Tribunal a quo.” (STJ – HC 25745–SP – Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, J. 03/04/03, DJU 28/04/03, P. 223).

Assim sendo, como o paciente não está sofrendo qualquer constrangimento ilegal, o *writ* deve ser repellido.

Ante o exposto, denega-se a ordem.

Des. Antonio Carlos **Machado de Andrade**
Relator